

A AGRICULTURA NO BRASIL: O LADO OCULTO DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA

Layanna Sthefanny Freitas do Carmo

Graduada em História pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Especialista em Políticas Públicas pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestranda em Ciências Sociais e Humanidades pelo Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER). Bolsista Capes.

layannaestefanny@gmail.com

Este artigo parte de uma análise da agricultura no Brasil e os processos de modernização que marcam o conflito agrário na produção das terras. Nesse sentido, busca através de um estudo historiográfico entender a relação entre as forças capitalistas e o lugar do camponês rejeitado pelas condições desenvolvimentistas espelhadas no progresso, tende a uma precarização e desemprego do trabalhador do campo em uma exclusão social e concentração da propriedade nas mãos dos grandes latifundiários. Desse modo, os trabalhadores rurais são expropriados e submetidos as incertezas que são impostas pelas transformações que sustentam as novas tecnologias.

Palavras-chave: Agricultura, modernização, Brasil, capitalismo, agrícola.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo realizar uma análise sobre a agricultura no Brasil e sua relação com a modernização no campo e perceber as políticas neoliberais no território brasileiro. Busca-se como base um estudo da historiografia que parte da modernização da agricultura e o maquinário que fomenta a racionalidade do agronegócio. Por esse fato, propõe entender como a questão agrária tem sido alvo de tensões entre os agentes históricos e sociais ao longo do tempo, sobretudo, sujeitando as competições do mercado e imposições dos padrões econômicos do médio e do grande produtor. Com isso, subordinando o camponês que não se encontra incluído nas políticas de desenvolvimento e enfrenta diversos problemas em relação ao acesso aos meios tecnológicos de produção.

A agricultura e sua análise das condições provêm de alguns estágios em que a economia facilitou o acesso do trabalhador o mantendo como servo do meio, tendo em

mente que milhares de trabalhadores são expulsos das terras quando não explorados, quase sempre distantes das mudanças que atinge esses grupos em termos de políticas públicas. Nesse caso, a luta por direitos políticos e sociais que inclua esses agentes nas relações trabalhistas se torna necessário para uma regularização das tarefas e na geração de empregos.

1- Questão Agrária e suas problemáticas

A questão agrária no Brasil está ligada as disparidades no que diz respeito a distribuição das terras em um complexo no espaço em que o processo produtivo envolve diretamente à base dos interesses do capitalismo agrário, sendo produto dos antagonismos entre as classes sociais. A construção e reajustes dessas classes tem suas raízes históricas e ao mesmo tempo é socialmente inserida no âmbito das relações públicas e privadas. Os capitalistas realizam o discurso para legitimar o agronegócio, onde vai acentuar as desigualdades estruturais, levando em consideração que os latifúndios e a concentração fundiária no Brasil são amparadas por programas e instituições governamentais. O trabalhador no campo ao exercer a sua força de trabalho, intensifica a produtividade para o capitalista vivendo em condições de riscos. Sendo assim, a agricultura representa o principal núcleo de poder entre capitalistas e trabalhadores.

Por esse fato, buscamos evidenciar a estrutura agrária enquanto objeto a ser analisado neste artigo. Desta maneira, a citação abaixo, aponta o processo de formação e as possíveis consequências de diversas disputas em torno dos territórios:

A estrutura agrária brasileira tem se caracterizado, desde a sua formação por um elevado grau de concentração da propriedade da terra. Enquanto algumas propriedades se apossam da maior (e provavelmente melhor) fração da área territorial, um sem número de pequenas unidades disputam exíguas áreas que mal permitem ao produtor e sua família extrair daí o seu sustento. Cerca de 85% dos imóveis rurais tem áreas inferiores a 100ha e possuíam, em 1972, pouco mais de 15% da área cadastrada. No outro extremo, os imóveis de mais de 100 ha, que não chegam a representar 15% do número total dos imóveis, apropriam-se de quase 85% da área total dos mesmos. Tomando-se apenas os imóveis de mais de 1.000 ha, que representam apenas 1,5% dos imóveis do país, vê-se que eles se apropriam de mais da metade (51,5) da área total cadastrada (SILVA, 1981, p.34).

O uso da agricultura e as demandas dos mercados na lógica da economia de mercado vai gerar renda e produtividade, entram em conflito quanto ao uso dessas propriedades favorecendo os grandes proprietários de terras. Isto reflete diretamente na dependência do trabalhador sujeitado e recriado pela ação dos capitalistas, mesmo nesta

monopolização, esses grupos necessitam da sobrevivência, assim devem lutar por um pedaço de terra. Nesse caminho, a distinção de valores que agregam as adversidades estruturais no trabalho e as transformações que se apropriam dos meios e do território enquanto instrumento da mão de obra, produtividade e dos setores industriais, tem possibilitado a existência de estratégias políticas na funcionalidade das terras e suas disparidades em movimento. Em outro apontamento, se faz notar uma outra indicação:

Essa desigualdade adquire maior significado num contexto em que a terra se configura ainda como meio de produção fundamental. Sob o domínio do capital, espera-se uma intensificação do processo produtivo, que se traduz na crescente utilização de insumos, máquinas e equipamentos, destinados a elevar a produtividade do trabalho. A terra em si mesma, ou melhor, a sua extensão, passa a perder importância, na medida em que se torna possível obter, em menores áreas, um produto igual ou superior ao que anteriormente demandava grandes extensões (SANTOS, 1981, p. 34).

Nesta perspectiva, é preciso perceber que as relações de desigualdade são as principais realidades na esfera do poder oculto nas relações econômicas, visando que suas vidas no cotidiano se alternaram com a modernização prévia, bem como as dificuldades que o capital enfrentou através do ritmo de trabalho na mecanização do campo. Embora deva ser ressaltado que apesar dos recursos técnicos desempenharem papel ativo nas tentativas de modernização da agricultura, é preciso considerar que ela se deu em pequenos passos e até mesmo com limites que restringiram a real intenção de progressos espontâneos nas regiões, muitas vezes malsucedidos, interferindo na qualidade de vida do trabalhador comum.

A terra enquanto meio de produção e os grupos que nela habitam ou mesmo se apropriam dos procedimentos que fazem interferência direta sobre a mesma, é algo complexo desde a organização em torno dessas terras e entre os agentes que possuem a legalização sobre a mesma e quem não possui. As políticas que buscam o desenvolvimento econômico nem sempre se alinham as populações que dependem do campo.

Sendo assim, Neto (1997) irá evidenciar um diálogo entre pesquisadores que se debruçaram sobre a questão da agricultura no Brasil e a atuação do Estado na sociedade moderna na perspectiva progressista em função de um planejamento associado a um projeto político brasileiro na transformação da estrutura social e tecnológica. Mais adiante, também compreende o sentido da “*agricultura retrógada*” e até que ponto isso explica as relações no campo e a estrutura agrária como um todo.

Partindo de um campo que abre espaço para os debates realizados sobre a agricultura na concepção de Neto (1997), está Conceição Tavares que compreende que a industrialização substituiu a economia brasileira e os produtos que dela derivaram, havendo assim uma mudança de interesses no mercado e uma evolução nos recursos produtivos. Nota-se que a contribuição de alguns fatores dentro do panorama político como o plano de metas no governo Kubitschek e a consolidação do Estado na economia do país, teria alavancado a modernização e os seus ajustes nas estruturas administrativas.

Entre outros pensadores que projetavam suas atribuições ao processo de industrialização, se insere as colocações de Octávio Ianni e seu entendimento de que o país se engajou em um projeto de desenvolvimento capitalista nacionalista-reformista com Getúlio Vargas. Nesse caminho, Paul Singer ao reduzir a agricultura em um empecilho na industrialização, identificou que o elo agricultura-estrutura agrária deveria ser rompido, recolocando uma nova estrutura em vista de um mundo urbanizado em suas técnicas.

A esse modo, é preciso enfatizar que os caminhos de um outro horizonte econômico em contraponto ao meio rural podem ser mencionados nesta posição:

Em que pesem as divergências teóricas e ideológicas que permeiam a obra dos autores citados, e de diversos outros coadjuvantes no intenso debate sobre a questão agrária do período, vimos que existe um fio norteador: a percepção do setor rural como um entrave ao processo de desenvolvimento da economia nacional. São variadas as formas de se entender as razões deste atraso do agro, mas no geral convergem nas ações políticas a serem instauradas para a superação do impasse: reformas fundamentais na sociedade e, em particular, na estrutura agrária. À exceção de Jacques Lambert e Gunder Frank, todos preconizam como inadiável a realização da reforma. Neste aspecto, cumpre chamar novamente a atenção para as diferenças de concepção de reforma agrária em Caio Prado Júnior e nas outras posições de esquerda, conforme demonstramos acima. Independente do acerto de todas as tendências, não se pode deixar de reconhecer a sua importância para os avanços dos estudos sobre a realidade agrária brasileira. A intensidade do debate, o volume e a qualidade das contribuições, se não conseguiram aprofundar o processo até os limites que se colocavam- reforma agrária, transformações nas relações de produção, etc. – não permitiram mais que a questão agrária retornasse ao limbo das decisões políticas (NETO, 1997, p. 65).

É notório que a aceleração de uma produção que atendia as premissas de um mercado disposto a negligenciar o latifúndio e se adaptar a outras tendências que não se enquadravam nas formas “*arcaicas*” e “*caducas*” segundo autores como Guimarães referenciados por Neto buscavam depreciar a economia agrária a assemelhando ao contexto histórico das heranças coloniais e feudais. A mudança das importações e a

substituição desta com as novas condições para indústria na sua dinâmica se associa a dominação em um contexto de crises e estratégias.

Na busca de uma reflexão sobre as relações de força e poder em um jogo simbólico e político na sociedade, Bourdieu (1989) expõe a presente consideração:

O campo político, entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo de lutas têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento, não é um império: os efeitos das necessidades externas fazem-se sentir nele por intermédio sobretudo da relação que os mandantes, em consequência da sua distância diferencial em relação aos instrumentos de produção política, mantêm com os seus mandatários e da relação que estes últimos, em consequência das suas atitudes, mantêm com as suas organizações. O que faz com que a vida política possa ser descrita na lógica da oferta e da procura é a desigual distribuição dos instrumentos de produção de uma representação do mundo social explicitamente formulada: o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher com probabilidade de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção (BOURDIEU, 1989, p.164).

Conforme está sendo enfatizado, o poder é uma realidade que ao penetrar nas teias da realidade oculta, gera as forças no campo das lutas simbólicas em que a desigualdade se faz sentir entre os mandantes e os mandatários no mundo social. Posto isso, as singularidades dos sujeitos no tempo e espaço são caracterizadas pelas disputas entre grupos que estão vinculados em suas respectivas posições de classes. Assim, delimita-se a atuação do Estado, dos trabalhadores e os capitalistas em um seguimento que adquire contornos antidemocráticos na sociedade.

A democracia como instrumento das classes acaba sendo desigualmente introjetada nos setores regionais em escalas de desigualdade extrema na ordem burocrática e institucional. No sistema agrário, a indiferença problematizada não é indiferente, entre outros meios representativos no que segue a efetivação da cidadania. Carvalho (2008), na obra: *Cidadania no Brasil*, traz uma interessante retomada histórica do período colonial, ditatorial e a redemocratização eleitoral contrapondo os direitos civis, políticos e sociais em uma democracia incompleta e deficitária.

Tendo em vista de que acender a luz de uma conquista, é se deparar com alguma derrota nessas alternâncias políticas entre os agentes coletivos ao longo dos processos históricos no Brasil. O país que herdava a escravidão foi o mesmo ao herdar a condição humana de escravo, a grande propriedade rural fechada à ação da lei, e um Estado comprometido com o poder privado. A participação política nacional limitada a grande

maioria do povo também revela o arbítrio das autoridades em um defasado estágio em que a cidadania passou a ser cenário de avanços e retrocessos.

Contudo, uma dimensão sobre a ação humana pressupõe sistematizar as suas diversas representações segundo (LE GOFF, 2003), podem ser manipuladas. Por tudo isso, a percepção do tempo e as transformações históricas ao longo dos séculos, versa o que Reis (2006), define como um signo de paradoxo entre criar, destruir, fixar, mobilizar ou mesmo mudar. Nota-se que a existência do indivíduo nas suas mais variadas formas de experiências e vivências, produz sentido e mais do que isso, contempla a produção de tentativas da realidade que está em constante mutação encobrendo ao não dito. Passado e presente estão em permanentes reinterpretações.

A questão fundiária no Brasil envolve diversos parâmetros étnicos, capitalistas, pequenos grupos proprietários, posseiros, parceiros e arrendatários que estão submetidos às terras. Estas sofrem consequências que vão desde a violação desse direito, até atuação de determinados grupos capitalistas que buscam expropriar os territórios em que esses povos ficam à mercê de condições insalubres, em favor da produção agrícola em grande escala, tal como podemos perceber os investimentos do agronegócio no Brasil. Com isso, muitos grupos, como o caso de populações indígenas tradicionais que dependem das suas fontes naturais de subsistência se tornam cada vez mais ameaçadas e escassas, devido ao exercício do poder em suas diversas esferas. Por outro lado, as invasões de muitos pistoleiros e o uso da violência armada contra as comunidades indígenas, coloca em perigo sua identidade como produto cultural da sua diversidade em vista da globalização, ultrapassando a mera perda de um espaço material.

Para Silva (1981), a propriedade de terras denota-se por um caráter “não-progressista” e até mesmo parasitário no sentido das transformações que passam a ser insuficientes. As premissas do capitalismo no campo, acentuou as instabilidades entre trabalhadores temporários que se assalariaram em certos períodos. Por esse lado, as terras como fontes produtivas se mesclam entre grandes e pequenas propriedades na manutenção das atividades que variam entre a extração dos elementos do campo como prioridade básica, e em outra vertente as atividades de caráter formal. Isto em associação ao capital e sua exploração. Vejamos a citação seguinte:

É essa forma de desenvolvimento que recria aquelas mesmas relações no interior das grandes propriedades, nas regiões de colonização mais antiga e especialmente nas regiões de expansão da fronteira agrícola. Nestas, os “pioneiros” são pequenos arrendatários, parceiros e posseiros que, após a

limpeza do terreno e um ou dois anos de cultivo, entregam-no sob a forma de pastagens às grandes empresas agropecuárias (muitas vezes ligadas ao capital industrial). Os pequenos produtores vão sendo então “empurrados” para a frente, para irem, progressivamente, incorporando seu trabalho a empreendimentos cujo lucro se reverte em benefício do grande proprietário e do grande capital (SILVA, 1981, p. 36-37).

Nesta análise, pode-se dizer que a situação de pobreza, a subsistência em relação ao plantio e a própria migração na dinâmica das relações de fronteira, alicerçam a dependência ao capital. Historicamente, o engenho como núcleo de posse do seu proprietário e agregados em alinhamento, configurou uma outra realidade na sociedade contemporânea em que a produção fundiária se sobrepõe ao meio. Por esse fato, as alianças entre Estado, políticas de crédito e incentivos fiscais sobre a agroindústria norteiam o interesse dominante que se renova com a técnica e em outro momento, exclui centenas de trabalhadores que são expulsos das terras, quando não são obrigados a serem incorporados à uma intensa jornada de trabalho. A abordagem fundiária situa uma outra passagem em destaque:

Dessa forma, vastas regiões do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, até então relegadas ao cultivo e criação para a subsistência nos marcos da agricultura tradicional, vêm passando, nos últimos decênios, por um processo de mudanças sociais que se fazem sentir de forma evidente através da urbanização, aumento dos conflitos fundiários, e, por extensão, da mudança nas contratualidades vigentes nas relações de trabalho. O colonato e a parceria, outrora dominantes nas sociedades agrárias tradicionais, gradativamente cederam seus domínios à relação salarial, sob forma de empregos assalariados permanentes, bem como aos empregos temporários – que já era comum em determinadas atividades agrícolas –, personificadas na figura dos boias-frias. E, mais recentemente, a emergência dos trabalhadores submetidos à condição análoga à de escravidão – que nunca deixou de existir, diga-se de passagem – evidencia a complexidade de um sistema de exploração do trabalho, entre o tradicional e o moderno, mas também com espaço para a presença de relações arcaicas e moralmente condenáveis pelas sociedades modernas (FREITAS, 2015, p. 46-47).

Esta reflexão, retoma as considerações de Santos (1981) onde este autor afirma que a exploração dos trabalhadores agrícolas com a mão de obra barata se consolida com os mecanismos estatais ofertadas pelas demandas comerciais. Situando esse fato, se manifesta uma organização antidemocrática em que o trabalhador perde a sua voz perante as mobilizações ativadas em prol da sua consciência de classe. Germani (2010) mostra a relevância dos movimentos sociais na construção das territorialidades, definindo a reivindicação dos territórios de diversos grupos em foco na luta pela terra no campo, através da emergência dos movimentos sociais em uma ação concreta como fator elementar na conquista de direitos sociais.

Freitas (2015) demonstra que, a modernização em territórios rurais passa a atingir as produtividades das áreas de plantações, seja com implementos, fertilizantes e mudanças sociais. Complementando assim, que é preciso se atentar ao processo de modernização com os seus retrocessos devidamente problematizados em consonância ao capital em algumas regiões do cerrado.

Ainda assim, ressalta-se um ponto importante, ou seja, o mundo brasileiro rural que adquiriu nova configuração de sentido. Freitas (2015), vai mais adiante e repensa conceitualmente esse mesmo mundo rural. Contudo, afirma que a velha posição rural-urbano produziu uma nova identidade. Com esse olhar, as expectativas sobre o campo se tornou algo ainda mais profundo pelo conjunto de indivíduos ligados a agricultura diversificando suas formas de trabalho.

A força da agroindústria e a substituição de um modelo de desenvolvimento aplicado ao campo em conexão com o capitalismo é evidente ao longo dos processos históricos. Neto (1997), entende as generalizações acerca do sistema agrário em autores marxistas que acreditavam na superação do campo como é o caso do PCB e sua visão desenvolvimentista na expansão técnico-científica em que a esquerda se entrelaça com os países europeus capitalistas. Discordando dessa concepção, faz referência a Caio Prado Júnior que contrariando esses investimentos financeiros espelhados nas decisões externas do país, defende uma outra reforma agrária baseada na luta que incorpora os direitos trabalhistas e a proteção legal dos trabalhadores.

Os meios de comunicação põem à mostra a forte influência do parlamento brasileiro e sua bancada ruralista que de alguma forma, visa silenciar as lutas sociais e projetos que estão voltados para atender aos pequenos produtores. Bonin (2015), aponta que um dos principais aspectos do modelo de capitalismo neoliberal no Brasil é o alinhamento a competição que leva a ordem da fortificação de uma infraestrutura capaz de atender às demandas do agronegócio. Por outro lado, a imposição de um padrão científico que possui as suas raízes desde a colonização de meados do século XVI, traça um trajeto que perpassa desde os migrantes e sertanistas e o aval da coroa; até a construção de um pensamento dominante do mito fundador dos desbravadores e chegou a produção aurífera no século XVIII, provocando as rupturas de um tempo amparado ao cientificismo e religados novamente a ciência na mecanização do campo.

Considera-se, portanto, que a agricultura no Brasil possui uma trajetória de crises, ajustes e objetivos de modernizar o campo como instrumento da burguesia. Alguns pensadores reinterpretem conceitualmente o mundo rural como uma pedra para

o desenvolvimento capitalista. As tendências conservadoras no marxismo que se referiram a estrutura agrária como um problema para a visão progressista, foi reformulada em outros parâmetros procurando superar a concepção de atraso frente as aspirações da indústria e colocar em cheque um agravante mais necessário dentro da reforma agrária que é o lugar do trabalhador do campo.

O obscurecimento das relações e da falta de privilégios ao homem sertanejo nos apontamentos de Caio Prado Júnior, este chama atenção para a criação do estatuto do trabalhador como algo mais eficiente do que reduzir o campo a ineficiência. Assim, outros pesquisadores afirmam que a questão agrária não foi um fardo para o desenvolvimento. Nesse sentido, ela contribuiu ao mesmo, mas o fardo maior seria as relações de trabalho no campo. As correntes pessimistas que estigmatizaram a agricultura no desenvolvimento estrutural estiveram longe de compreender a mesma nos ganhos da produtividade agrícola, sendo que o sentido de modernização positiva no campo também deveria abranger as características regionais e não depreciá-las.

Por fim, a modernização da agricultura manipulada pelo mercado em uma tendência tecnológica na busca pela lucratividade, é um procedimento de autocontrole e até mesmo uma posição precipitada, pois na economia, se tornou a principal fornecedora de excedente de alimentos, matérias prima e mão-de-obra. Desvincula-se desta forma, a sua perspectiva de atraso e coloca-se em pauta a participação do trabalhador e o acesso à terra em que o novo modelo de sociedade não excluísse o mesmo através de uma política governamental adaptada ao contexto urbano-industrial. Portanto, observar o lado do trabalhador e as melhorias que esse sujeito no meio rural poderia adquirir é uma das mais importantes propostas em termos de mudança na estrutura agrária.

A luta pelos direitos sociais do trabalhador no campo é primordial, atrelado as reformas na agricultura em benefício do mesmo. Tendo em voga que a produção no campo em seus conflitos de interesses na lógica capitalista nem sempre insere esses movimentos de trabalhadores nas relações sociais. Apresenta-se uma necessária retomada da problemática a ser ampliada e assim não ocultando esses homens de seus próprios espaços.

AGRICULTURE IN BRAZIL: THE HIDDEN SIDE OF AGRICULTURAL MODERNIZATION

ABSTRACT: this article is part of an analysis of agriculture in Brazil and the processes of modernization that mark the agrarian conflict in the production of the land. In this sense, search through a historiographical study understand the relationship between capitalist forces and the place of the peasant development mirrored the conditions rejected by the progress, tends to a precariousness and unemployment of the field worker in a social exclusion and concentration of ownership in the hands of large landowners. Thus, rural workers are expropriated and subjected the uncertainties that are imposed by the transformations that support new technologies.

Keywords: Agriculture, modernization, Brazil, capitalism.

REFERÊNCIAS

- BORDIEUR, P. (1989) **O Poder Simbólico**. Difusão Editorial Bertrand, Rio de Janeiro.
- CARVALHO, J. M. (2002). **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GERMANI, G. I. (2010) **Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia**. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C. e SILVA, O. A. (Org.). **(GEO)grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana (BA): UEFS Editora, v., p. 269-304.
- LE GOFF, J. (2003) **História e Memória**. Campinas, Editora da Unicamp.
- LUNAS, D. A. L.; XAVIER, G. L.; LUZ J. S. (2015) **O Cerrado Projetos Políticos, Atores Sociais e Dinâmicas do Território**. Editora: UEG. Anápolis.
- NETO, W. G. (1997). **Estado e Agricultura no Brasil. Política Agrícola e Modernização Econômica Brasileira 1960-1980**. Editora Hucitec, São Paulo.
- REIS, J. C. (2006). **História e Teoria: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade**. Rio de Janeiro: Editora da FGV.
- SILVA, J. G. (1981). **A Modernização Dolorosa. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Zahar Editores, Rio de Janeiro.